

## **“Medo-Urbano”: A Difusão dos Aparatos de Segurança nas Periferias da Região Metropolitana de Recife (RMR), seus Reflexos nas Morfologias Intra-Urbanas.**

Alcindo José de Sá

(Prof. Adjunto do Depto. Geografia-UFPE-Brasil)

### INTRODUÇÃO

Em mais um instigante livro, Zygmunt Bauman (2006:9-11) destaca que na Europa e seus epígonos tem se espreado, de forma rápida e violenta, uma disposição para o medo e uma obsessão para a segurança, eventos a conotarem um fenômeno aparentemente misterioso. Buscando respostas a esse enigma, o autor se reporta à Sigmund Freud, quando este sugere que “o nosso sofrimento – bem como o medo de sofrer, ou a dor irritante e insuportável que resulta desse mesmo medo – tem por origem ‘supremacia da natureza, a caducidade do nosso próprio corpo e a insuficiência dos nossos métodos de regulação das relações humanas no interior da família, do Estado e da sociedade’”. No que toca às duas primeiras causas do medo, Bauman sugere que, embora não possamos por completo extirpá-las, “podemos, nalguns casos, eliminá-la em parte e, noutros, aliviá-la”; é como se existisse uma fatalidade em parte superável. Já no que toca a terceira causa, há um diferencial, pois “tudo que criamos poderá voltar a ser criado”; há uma razão histórica capaz de melhorar ou piorar os nossos métodos de regulação das relações humanas no seio de todas as instituições organizacionais. Quando estas não funcionam a contento, acabamos por “ver por toda parte más intenções, culpados, crimes e desígnios criminosos”. Segundo Bauman, Robert Castel partilha da mesma visão, e o mesmo atribui esta situação “ao individualismo contemporâneo”; no contexto social presente, corporações e comunidades, outrora estreitamente unidas e delimitadas por normas veladamente cumpridas, são substituídas “pelo dever imposto a cada um de se ocupar de si próprio e dos seus próprios assuntos”, terreno movediço da incerteza. Assim, justamente pela ascensão de uma sociedade intencionalmente incerta a preceitos comunitários básicos, “é inevitável que a insegurança e o medo de perigos imprecisos acabem por se tornar males endêmicos”.

Mas normas são formas, tanto abstratas quanto concretas, e no rastro do dever imposto a cada um de se ocupar de si próprio e dos seus próprios assuntos, impõe-se também o dever privatista, teleguiado pelo capital, de cada um ocupar os seus próprios espaços exclusivos e excludentes, através de uma arquitetura do medo e da intimidação, extensiva tanto a lugares “públicos” quanto privados. Nesse “psicoesfera”

(SANTOS:1996) dotada de uma tecnoesfera do medo, a inventividade, Segundo Bauman (2006:61) não tem limite, e citando trabalho de Nan Ellin, menciona “vários dispositivos – de origem norte-americana, alguns deles, mas imitados por toda parte – como certos bancos (que podem ver-se nos parques de Los Angeles) em forma de barril, ‘a prova de vagabundos’, dotados de aspersores (em Copenhagem, as coisas foram ainda mais longe, tendo sido retirados todos os bancos da gare central da cidade, ao mesmo tempo que passavam a ser multados os passageiros que se sentassem no chão enquanto esperavam pelo trem). Nan Ellin também faz a descrição de outro aparato técnico que combina aspersores com música ensurdecidora para afugentar vagabundos que circundam estabelecimentos comerciais abertos 24 horas.

Este fenômeno, em certa medida, refletido no “enclausuramento” residencial ou não, da reprodução de prisões fora dos presídios (SÁ, 2005), tem afetado fortemente a estruturação do espaço urbano e as relações sociais, através da visão do outro ser como “estranho”; potencial inimigo. A cidade do Recife e seu entorno metropolitano, uma das mais importantes metrópoles do país e também uma das mais violentas, requer uma análise detalhada da intolerância e incivilidade que se difundem na sua geografia do medo como algo normal em um contexto de resignação social. O Jornal do Comércio em 17/07/2006 estampava: Assalto no Cabo: Tiros, Pânico e Morte. Também o mesmo Jornal, em 19/01/2006, destacava que em apenas 24 horas quatro mulheres tinham sido mortas e que 26 pessoas tinham sido assassinadas do primeiro ao décimo nono dia do mês de janeiro de 2006 em Pernambuco. Nesse mesmo dia o Jornal Folha de Pernambuco assinalava em manchete: O Recife está com Medo, frisando que 40,2% da população têm o temor à violência como a preocupação mais significativa nas suas vidas. Nesse mesmo ano de 2006, São Paulo, a quarta cidade mais populosa do mundo e a maior cidade brasileira, foi palco, no período de 10 a 15 de maio de 2006, da maior guerra urbana recente da história do país, com 107 mortes, 295 atentados, 82 ônibus queimados e muito medo entre a população que buscava refúgio em lugares “seguros”, já que seus habitantes se viram desprovidos de instituições e normas, bem como inseguros nas “prisões” de suas próprias casas.

No nosso país, o número absoluto de crimes violentos letais intencionais cresceu 1% de 2004 para 2005, subindo de 54.696 para 55.312, comparáveis aos de uma guerra cível camuflada. Esses crimes são compostos pela agregação dos homicídios dolosos, lesões corporais seguidas de morte, roubos seguidos de morte a esclarecer. Os homicídios dolosos correspondem a 74% dos crimes violentos e intencionais.

Pernambuco aparece na 2ª colocação no ranking dos estados com maior taxa de crimes violentos letais intencionais, com 58,2 ocorrências para cada grupo de 100 mil habitantes em 2005, quase o dobro da média do país. Em números absolutos houve 4.757 mortes em 2004 e 4898 em 2005 ([http://jc.uol.com.br/2006/09/26/not\\_120415.phd](http://jc.uol.com.br/2006/09/26/not_120415.phd)). Tendo como panorama um mundo mais “vasto”, segundo matéria do The New York Times, reproduzida no [www.uol.com.br](http://www.uol.com.br) em 29/02/2008, pela primeira vez na história dos EUA, mais de um em cada cem americanos adultos está preso, segundo um novo relatório. Em todo os EUA, a população carcerária cresceu 25 mil no ano passado, chegando a quase 1,6 milhão. Considerando o Brasil, os dados de PE acima referidos, traduz-se em um quadro de barbárie que induz ao “medo” expresso no “aquartelamento civil” generalizado da população nas suas residências, verdadeiras “prisões fora dos presídios” e estrutura sólida para uma morfologia urbana do medo, base para a indústria pública e privada da “vigilância e segurança” como um fenômeno social “natural”. Abordar a temática tanto no plano qualitativo quanto quantitativa da difusão dos aparatos de segurança na confecção de novas morfologias intra-urbanas em alguns enclaves da cidade do Recife e RMR, seguramente pode ser uma pertinente metodologia de avaliação de políticas públicas e defesa social, quiçá, na busca de um espaço cidadão.

### **OBJETIVOS E METAS DA PESQUISA**

O projeto de pesquisa ora proposto tem como objetivo geral, considerando o “medo sólido” (Bauman,2008) e seus derivados, decorrentes dos embates dos diversos atores sintagmáticos (criadores de sinais, signos instrumentalizados em programas) produtores de território, por intermédio de todos os tipos de trabalho como energia informada, destacar quantitativamente e qualitativamente a difusão dos aparatos técnicos e humanos de segurança em bairros periféricos de Recife e RMR (Região Metropolitana de Recife) e suas conseqüências humanas, sócio-espaciais. Serão tomadas como áreas-focos do estudo as favelas do entorno do Conjunto Habitacional Curado II, Município de Jaboatão dos Guararapes. As “vilas” dos canaviais do Município de Ipojuca, a Vila Redenção no bairro Engenho do Meio, Município do Recife, e a comunidade de Veracruz no Município de Camaragibe.

A obtenção de evidências empíricas para a construção da base de dados quantitativos e qualitativos referente ao tema condutor da pesquisa se alicerça na seguinte indagação: Se nas centralidades urbanas do Recife a razão instrumental da

vigilância, como sinônimo de segurança aos cidadãos consumidores ou não, se naturalizou na paisagem urbana como base de uma “*polis* ordeira e pacífica”, como nas “marginalidades” periféricas se traduz essa mesma razão?.

Partindo-se da premissa de que o trabalho como energia informada e poder é diferenciado, busca-se compreender como se territorializam os equipamentos de vigilância, especificamente o privado, considerando que nas “periferias” o trabalho pode ser informal, ou mesmo o “não-trabalho”.

Outro aspecto importante a nortear a obtenção da informação sócio-espacial nas áreas-foco da pesquisa, sintetiza-se na seguinte indagação: Como se configura a solidez do “medo-urbano” nas escalas morfológicas do público e do privado nos lugares em questão?” Cornell (1998) afirma que toda construção também é construção social. “Todas as moradias reunidas fazem algo mais e algo distinto de uma simples conjunção de casas. Cada lugar de pouso tem seu caráter social próprio, por mais curto que seja o seu tempo de uso”. Talvez aqui se encontre o nosso objetivo específico mais singular: será que nas periferias existe um mimetismo da cultura do medo-urbano da centralidade (um trabalho que bem poderia ser desenvolvido por um sociólogo), ou nelas, mesmo com as construções dotadas de aparatos de segurança, as moradias revelem um caráter social próprio, que por mais curto que seja o seu tempo de uso, revele princípios de civilidade e tolerância?

### **METAS A SEREM ALCANÇADAS**

Desta forma tomando-se como premissa norteadora o aforismo “as formas também falam, daí, também, toda construção ser construção social” acredita-se que a pesquisa proposta possa revelar que o estudo das formas intra-urbanas da periferia talvez tenha o poder de dizer algo novo no meio da “geografia do medo”. Afinal, existe um mero mimetismo das áreas socialmente exclusivas do que respeita às geografias do medo em relação às áreas inclusivas? Se existe, como se prolifera a difusão dos aparatos de segurança? Quais os equipamentos? Afora o poder público, qual o grau de propagação dos “guardas” privados de segurança? Se nas geografias sinuosas e estreitas das favelas os contatos “entre estranhos” são obrigatoriamente mais intensos, existem vínculos realmente comunitário mais estreitos, expressos em solidariedades, partilhas e confianças, ou o individualismo e a competição se lastreiam com mais acuidade? Enfim, como as políticas públicas de segurança e defesa social têm favorecido a edificação de um espaço menos encarcerado? São metas, cremos, plausíveis de serem alcançadas e

podem, como cita o geógrafo P. George, nos expor um balanço de uma quadro de vida na tentativa de redefinimos metas.

## REFERENCIAL TEÓRICO

O “medo sólido” estampado nas novas (novas?) morfologias urbanas brasileiras é por demais agressivo e opressivo, afinal envolve as substâncias dos poderes visíveis e invisíveis do Estado e do mercado que esquadriham o território à sua dinâmica territorial, à sua territorialidade imbuída de funcionalidades, centralidades e marginalidades. Daí nos micro-espços metropolitanos o vicejar de condomínios fechados, casas muradas, cercas elétricas, cães ferozes, câmeras, portarias duplicadas, guardas privados 24 horas. Enfim, uma miríade de aparatos de monitoramento nos espaços “públicos” e privados dos “cidadãos” transeuntes, ou não, estressados e “neuróticos” tornaram-se parte de uma paisagem urbana incivil, introjetada no consciente e inconsciente coletivo como natural. Mas, por que o medo e a barbárie do “renascimento” das “novas muralhas medievais”, eletronicamente manipuladas, em um mundo cheio de razão instrumental “high tech”, tecnologia de vanguarda, potencialmente integradoras pelas infovias e outros canais? Para Bauman (2008:8-9) “o medo é o que damos à nossa *incerteza*: nossa *ignorância* da ameaça e do que deve ser *feito* - do que pode e do que não pode – para fazê-la parar ou enfrentá-la, se cessá-la estiver além do nosso alcance”. Como parte de toda criatura viva, o medo é inerente à toda cadeia animal e os seres humanos ao encararem uma ameaça, “oscilam entre as alternativas da fuga e da agressão”. No entanto, segundo o supracitado autor, os humanos conhecem e agregam algo mais a esse sentimento: “uma espécie de medo de segundo grau, um medo, por assim dizer, social e culturalmente reciclado”, ou como denomina Hughes Lagrange (in Bauman, 2008:9), “um medo derivado” que guia seu comportamento depois de ter reformulado sua “percepção de mundo” e as expectativas que orientam suas opções de comportamento frente a ameaças imediatamente presentes ou não. Este medo pode ser concebido como um “resquício”, um trauma de uma experiência passada de enfrentamento “de uma ameaça direta”. Um elemento que perdura aos inúmeros “encontros” de enfrentamento, tornando-se um fator significativo “na modelagem da conduta humana mesmo que não haja mais uma ameaça direta à vida e à integridade. Uma pessoa que interioriza uma visão de mundo que inclua a insegurança e a vulnerabilidade recorrerá rotineiramente, mesmo na ausência de ameaça genuína, às reações adequadas a um encontro imediato com o perigo; o ‘medo derivado’ adquire a capacidade de autopropulsão”.

Em outra metáfora “Baumaniana” do mundo “hardware”, do mundo calcado no meio técnico-científico da fábrica fordista/keynesiana pesada, onde o espaço não era esmagado de forma avassaladora pelo tempo real instantâneo do meio técnico-científico-informacional (a compressão espaço/temporal da qual menciona David Harvey); mundo no qual o capital carecia do trabalho, a ponto dos operários serem “encarcerados” nas vilas de fábricas como engrenagens imprescindíveis, o medo derivado não tinha uma capacidade de autopropulsão. Isto porque, socialmente e culturalmente, a estabilidade empregatícia (mesmo considerando os embates entre capital e trabalho) era uma norma a guiar uma percepção de mundo relativamente estável de cidadãos sem muitos traumas, ou seja, sem a recorrência da insegurança, vulnerabilidade e medo não apenas do desemprego, mas de todos os perigos derivados a serem enfrentados em todos os lugares e instantes. Por isso nos alerta Bauman (2008:15): “no ambiente líquido moderno, contudo, a luta contra os medos se tornou a tarefa para a vida inteira, enquanto os perigos que os deflagram - ainda que nenhum deles seja percebido como *inadministrável* – passaram a ser considerados companhias permanentes e *indissociáveis* da vida humana. Nossa vida está longe de ser livre do medo, e o ambiente líquido-moderno em que tende a ser conduzida está longe de ser livre dos perigos e ameaças. A *vida inteira* é agora uma longa luta, e provavelmente impossível de se vencer, contra o impacto potencialmente dos medos e contra os perigos, genuínos ou supostos, que nos tornam temerosos”.

Como dito anteriormente, inúmeros autores atestam (Sennett, 2006; Bauman, 2008; Santos, 1996, entre outros) que esse mundo cheio de tecnologia e riqueza, hoje obedece a um *telos* desprovido de valores morais e éticos sensíveis a princípios distributivos dotados de mínimos parâmetros de equidade no usufruto material e de espírito de solidariedade.

Na nova cultura do capitalismo de um racionalismo instrumental sem precedentes, lastreado em um território fragmentado por uma sociedade cada vez mais anti-cidadã, intolerante, e onde os estranhos pouco ou quase não mais se comunicam, os princípios morais e éticos que deveriam guiar parâmetros de convivência socialmente “humana”, se dissipam num jogo ideológico em que o bem ou o mal são naturalizados. Dupuy, citando John Von Neumann, um teórico pioneiro dos autômatos e computadores, em um trabalho de 1948 (in Bauman, 2008:117-118), registra que “em breve nós, construtores de máquinas automáticas, seremos tão indefesos diante de nossa criação, quanto o somos quando confrontados com fenômenos naturais complexos”. Já

para Bauman (2008:119) as emergentes tecnologias trazidas a lume no último meio século “comportam-se - ‘crescem’, ‘desenvolvem-se’, - exatamente como a natureza. As manifestações de motivo, intenção, propósito, plano, destino, direção emergem dos movimentos casuais de ‘mecanismos totalmente cegos, e não há como ter certeza de que esses movimentos nos conduzirão a uma ‘boa direção, nem como garantir de alguma forma que não nos levem a um beco sem saída ou a um abismo’”. Ou, como pertinentemente assinala Castoriadis (1998), nesse capitalismo “onipresente”, onde um “ninguém” comanda, a sua substância natural parece vir envolta numa “tranqüilidade ética” como “um pacote que também traz a consciência limpa e a cegueira moral (Bauman, 2008:118).

Em sendo assim, o custo decorrente dos “tranqüilizantes éticos” pode vir a ser a mudança do controle ético para o “reino do grande desconhecido” gerador de catástrofes que estão além do poder humano de prever e combater”. Relembrando Jacques Ellul em trabalho nos anos 1950, Bauman (2008:120) ressalta que o referido autor sugere que a tecnologia “se desenvolve exatamente porque se desenvolve, sem necessidade de causa ou motivo”. Destaca ainda que Hannah Arendt, nesse mesmo período, no livro **A Condição Humana**, advertiu que nós, seres humanos “pleiteando a relevância cósmica”, em breve período seríamos incapazes de entender e “articular as coisas que somos capazes de entender”. Assim, desse desacoplamento ético/ moral de causa e motivo nos nossos potenciais criativos; relevância cósmica e incapacidade de entendimento de articulações sobre as coisas que somos capazes de entender, resulta que, “como o *spiritus movens* de nossas ações, a causa substituiu a intenção. Agora, em um mundo embasado num capitalismo sem ponderações morais e éticas razoáveis, Bauman (2008:124-125) destaca que o “mais horripilante dos medos adicionados é o de ser incapaz de evitar a condição de estar com medo ou de escapar dela. Agora sem o otimismo inicial [da redenção iluminista do progresso e da liberdade] temos medo de que as catástrofes que atormentaram nossos ancestrais não apenas tendam a se repetir, mas também sejam inescapáveis. A compreensão nasce [inclusive de superar as catástrofes naturais e humanas] da capacidade de manejo. O que não somos capazes de administrar nos é desconhecido, o desconhecido é assustador. Medo é outro nome que damos à nossa indefesabilidade”. E como o referido autor já deu destaque, essa indefesabilidade calca-se na incerteza de um futuro melhor para parcela expressiva da população mundial; na ignorância da ameaça e o que deve se feito perante ela. É uma estratégia do “novo capitalismo global” onisciente e onipresente como ideologia

causadora “dos medos derivados”, pois como bem destaca Raffestin (1993), o ideal do poder (também ameaçador) é ver sem ser visto, todavia, até certo limite.

Neste sentido, buscando desanuvial tal intencionalidade, no intento de compreendermos “os medos urbanos” nas periferias da RMR, ou seja, vislumbrarmos a dialética da vida cada vez mais incerta e o desafio do que deve ser feito, faz-se imprescindível aludirmos aos poderes ameaçadores e amedrontadores. Embasando-nos em Raffestin (1993) o poder é algo intrínseco em todas as relações. Ele está em todos os lugares e se dota de uma multidimensionalidade e imanência, em oposição à unidimensionalidade e à transcendência. Isto é, o poder não é somente o exercido pelo Estado “transcendental”, mas também o inerente ao exercício de qualquer organização, pois os homens, em sociedade, processam energia em informação. Esta se transforma em códigos sintagmáticos, em signos e sinais programáticos, indispensáveis à estruturação de organizações que manipulam seres, objetos, enfim, territórios em um processo de retro-alimentação. Dos Estados-nações e todas as suas instâncias organizacionais/administrativas, às corporações e aos indivíduos, há sempre a manipulação de códigos sintagmáticos, afinal, são deles que se vislumbram os jogos de poder; os jogos de manipular informação e esquadramento territorial. Moral, ética, contrato social, acordos, regulações, normas, limites, fronteiras, são códigos sintagmáticos visíveis e invisíveis que estruturam o território em maior ou menor grau em um contexto com parâmetros civis; civilizados, ou não.

Buscando destrinchar ainda mais esse jogo relacional de poder, Raffestin (1993:52-53) destaca que “as forças de que dispõem os dois parceiros (caso mais simples) criam um campo: o campo do poder... Toda relação é o ponto de surgimento do poder, e isso fundamenta a sua multidimensionalidade. A intencionalidade revela a importância das finalidades, e a resistência exprime o caráter dessimétrico que quase sempre caracteriza as relações... Sendo toda relação um lugar de poder, isso significa que o poder está ligado muito intimamente à manipulação dos fluxos que atravessam e desligam a relação, a saber, a energia e a informação. Manipulação? Isso quer dizer formação, acumulação, combinação e circulação da energia em informação implicadas pela existência de um campo relacional, qualquer que seja. A energia, com a informação, se forma, se acumula, se combina e circula... a energia e a informação sempre estão presentes simultaneamente em toda relação... A influência e a autoridade não seriam formas de poder que resultam de combinações variadas de energia e informação?”. Neste prisma, Etzione (in Raffestin, 1993:54) de forma perspicaz,



analisou alguns tipos de poder e os meios empregados. O coercitivo embasa-se na aplicação de sanções físicas; o poder “remunerador” fundamenta-se no controle de recursos materiais, manipulação de salários e gratificações; já o poder normativo apóia-se na manipulação de potenciais simbólicos.

Neste sentido, para os referidos autores, pode-se afirmar que o poder, “quanto aos meios mobilizados, é definido por uma combinação variável de energia em informação... A energia pode ser transformada em informação, portanto em saber; a informação pode permitir a liberação da energia, portanto em força. O poder também é, nessas condições, um lugar de transmutação. Todavia, Raffestin (1993:54) ainda se indaga: “mas o que é que fundamenta o poder?” E, embasando-se em Lapierre, cita que “não é a necessidade natural (como hoje o capitalismo global tenta impingir, naturalizando a barbárie na cultura “ de que vença o mais forte”), mas “a capacidade que os homens têm de transformar, por seu trabalho e ao mesmo tempo, a natureza que os circunda e suas próprias relações sociais”... o poder se enraíza no trabalho. O trabalho seria esse valor mínimo e original, definido por duas dimensões: a energia e a informação. O trabalho é a energia informada”... Neste sentido “é admissível falar de resistência onde existe poder: resistência da matéria ou resistência do corpo social à transformação”

Ora, as metáforas de Bauman (2005) do “medo-urbano”, ou o “medo-líquido” (2008) espriados no mundo pós-moderno “software”, inclusive nas periferias da RMR, parecem encontrar a solidez no viés conceitual do poder como relação multidimensional dotada de intencionalidades em fixos e fluxos de mercadorias e informações, privados e públicos, onde a energia, fundida com a informação, é mobilizada através das inúmeras medições. Tal energia, como frisado, cambia-se em informação e, portanto em saber. Essa informação “pode permitir a liberação de energia, portanto, em força”. Assim, o trabalho como energia informada, saber e poder, viria permitir aos homens a capacidade de transformar, por intermédio do seu trabalho, o seu entorno natural e suas “próprias relações sociais”. Como energia informada, na perspectiva de Raffestin (1993), é plausível falar de “resistência” onde existe poder. Repetimos: “resistência da matéria ou resistência do corpo social à transformação”. Mas eis, para nós, uma importante questão: nesse mundo pautado em tessituras e nós, entrecruzados de redes mercadológicas e financeiras, pautadas, crescentemente, em um meio técnico-científico-informacional, como alude Santos (1996), onde impera a “mão-de-obra” ciência, segundo Kurz (1992), será o trabalho, hoje, como energia informada, fonte de poder

adequado a um processo histórico capaz de permitir aos homens potência transformadora tanto do seu entorno natural quanto de suas próprias relações sociais? Pelo panorama geográfico dos territórios cada vez mais encarcerados e depredados, e do número de vítimas fatais decorrentes da violência e do “medo-urbano”, as assertivas Raffestinianas parecem se encaixar no reino das possibilidades, considerando um espaço civil; civilizado; uma sociedade territorialmente pautada numa convivência tolerante, como ressalta Ortega y Gasset (1989).

Todavia, como espaço do “medo sólido”, o poder do novo capitalismo *software* se enraíza também no trabalho, traduzido pela simbiose entre energia e informação; energia informada, mas com a ressalva, como bem já alertavam Ellul e Arendt, um trabalho desacoplado de compromisso de solidariedade social; um trabalho “que se desenvolve exatamente porque se desenvolve”, “sem articular as coisas que somos capazes de entender”. Nesta perspectiva também se torna plausível falarmos de “resistência onde existe poder: resistência da matéria ou resistência do corpo social à transformação. Resgatando as assertivas de Etzione (in Rafestin, 1993) o poder do capital (ou capitais), ao impor e exigir segurança para os seus investimentos produtivos e especulativos nos lugares receptores, resiste à investida de um Estado de bem-estar social, requerendo o endosso especificamente de policiamento e vigilância para os “patrimônios fluidos da produção terceirizada”. O referido poder também demanda energeticamente manipulação de salários e gratificações por intermédio de regulações trabalhistas cada vez mais flexíveis, bem como recursos baratos; por fim, buscando uma homogeneização estética e consumista que lastreie a produção em redes visíveis e invisíveis, o capitalismo globalizado manipula símbolos como norma; lei universal. A “estética” da segurança eletrônica em quase todos os ambientes espalhados nos circuitos comerciais das cidades globais parece ser um bom exemplo. Ainda embasando-nos em Bauman (2008:132), “a geração mais tecnologicamente equipada da história humana é aquela mais assombrada por sentimento de insegurança e desamparo”. E aludindo a assertivas de Robert Castel, menciona que, paradoxalmente, pelo menos para os habitantes de países mais afortunados, apesar da segurança existente, eles se sentem “ameaçados, inseguros e atemorizados, mais inclinados ao pânico e mais apaixonados por tudo que se refira a segurança e proteção do que as pessoas da maioria das sociedades de que se tem registro”.

Portanto, seja em países centrais ou “periféricos”, como ainda destaca Bauman (2008:148-151), “em nosso planeta em rápido processo de globalização, a

‘regionalização’ da política, dos ressentimentos sociais e das batalhas por identidade e reconhecimento parece ser uma tendência global”. Mas como o referido autor também alude, o mundo do capitalismo tecnicista está cheio na sua operacionalidade; como cheio também está de “redundantes” trabalhadores “ociosos”, contexto que induz a um aumento substantivo no acúmulo de “ressentimento, ódio e fúria reprimida e ampliando ainda mais as fileiras de potenciais recrutas para as causas terroristas”, ou qualquer outra causa que envolva violência. É neste cadinho de um processo histórico de um capitalismo que busca, através da manipulação de potenciais simbólicos, camuflar os seus equívocos estruturais, como a acumulação sempre mais ampliada através da mais-valia relativa e absoluta, agora global, do individualismo competitivo exacerbado e de uma miríade de outras mazelas, que as vítimas “colaterais” querem que suas “defesas sejam simples e prontas a serem empregadas aqui e agora. Não por acaso o que mais se “vende” aos cidadãos pelos partidos políticos nas disputas pelo que resta do poder unidimensional do Estado, tem sido a “segurança”, assim como o setor privado.

Assim, desprovido de um capitalismo planejador e relativamente inclusivo, o processo de globalização se exime de qualquer culpa frente aos excluídos, pois a “estratégia recomendada elimina a tarefa incômoda de fornecer provas da culpa e da premeditação maligna dos inimigos visados: eles não podem provar sua inocência, já que sua culpa reside em terem sido acusados de forma autorizada, não derivando daquilo que fazem ou pretendem fazer, mas daquilo que são. Eles são- como qualquer um pode confirmar – pecadores hereditários (e isso significa inatos, geneticamente determinados, irredimíveis), idólatras, infiéis, instrumentos de Satã. Forças sombrias colocando-se entre a corrupção do presente e o mundo dos sonhos confortável, aconchegante e seguro purificado de sua presença venenosa e cancerígena”. Enfim, o “refugio humano redundante” do capitalismo flexível, traumatizado em decorrência do mínimo suporte de certeza sobre os desafios a enfrentar, agora é obrigado também a encarar o seu fracasso como algo inato e predestinado, “geneticamente determinado, irremediável”.

Mas como ainda bem ressalta Raffestin (1993), o poder está em toda parte, portanto, viva o poder! Neste sentido, o trabalho formal, ou sub-trabalho informal e “ilegal da economia subterrânea” (o narcotrabalho) são, energias informadas e se constituem em contra-poderes, pois, “é possível falar de resistência onde existe poder: resistência da matéria ou resistência do corpo social à transformação”.

Inclinando-nos já num contexto de hipótese, seguramente a difusão dos aparatos de segurança nas periferias da RMR e as transformações nas estruturas morfológicas nos seus panoramas geográficos são resistências a poderes difusos. Todavia nos indagamos: é uma resistência do corpo social em vista de uma transformação radical das infra-estruturas e superestruturas jurídicas e políticas de uma “globalização negativa” em campo macro, ou uma resistência dos minimamente “incluídos periféricos”, utilizando parques trunfos de poder coercitivos humanos e materiais mimetizados do universo dos socialmente inclusos plenamente na ordem global? Mais uma vez Raffestin (1993:132-133) nos brinda, com base nos sistemas relacionais de poder, possibilidades analíticas na nossa busca de “verdades” nas encruzilhadas do labirinto do medo sólido e seus derivados em causa. Muito antes da hoje propalada globalização, o referido autor assinala que o “mundialismo atualmente proposto é unitário, o que significa que nega o tempo e a evolução. O mundialismo unitário procede de uma falsa racionalidade, que esmaga todas as diferenças em proveito de um modelo único. É uma tentativa de homogeneização que só pode ser traduzida, a longo prazo, por uma séria perda de autonomia, por uma contração das possibilidades de ação... não há superioridade absoluta e, menos ainda, inferioridade absoluta. Só há superioridade e inferioridade relativa. A passagem do relativo ao absoluto se inscreve num mecanismo de dominação para fazer triunfar um poder. Isso quer dizer que as diferenças raciais e éticas, quando não estão mais latentes na consciência, servem para alimentar um preconceito útil à afirmação de um poder. São numerosas as razões desse preconceito: políticas, econômicas, sociais e culturais”. Todavia, os objetivos são sempre singelos: “assegurar o máximo de trunfos para reforçar uma dominação”. No caso específico, as estratégias “vão da exploração à supressão ou à tentativa de supressão das diferenças, seja no plano político-econômico, seja no plano cultural”. Ou seja, a globalização pseudo homogeneizante, dotada da falsa ideologia unitária, se falseia justamente por minar autonomias “comunitárias”, contração das possibilidades do trabalho como energia informada capaz de criar entornos de espaços de vida cidadãos, bem como relações sociais mais humanas.

Negando tempo e evolução, forja um mundialismo unitário com base na passagem do relativo ao absoluto do poder inscrito numa mecânica de dominação totalitária do mercado, sobre o relativo das diferenças territoriais, raciais e étnicas, inscritas, em grande medida, em Estados-nações débeis política, econômica, social e culturalmente nas suas múltiplas escalas: sejam rurais, metropolitanas, intra-urbanas.

Daí o “paradoxo” da unidade territorial cada vez mais fragmentada; cada vez mais esquadrihada em limites monitorados e vigiados; daí o medo sólido aflorar com veemência, afinal, como ainda pertinentemente assevera Raffestin (1993:153-170) “as ‘imagens’ territoriais revelam as relações de produção e, conseqüentemente, as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda. Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que produzem o território. De fato, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. O mesmo se passa com as empresas ou outras organizações, para as quais o sistema precedente constitui um conjunto de fatores favoráveis e limitantes. O mesmo acontece com um indivíduo que constrói uma casa ou, mas modestamente ainda, para aquele que arruma um apartamento. Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos atores sintagmáticos que produzem ‘territórios’. Essa produção de território se inscreve perfeitamente no campo de nossa problemática relacional. Todos nós combinamos energia, que estruturamos em códigos em função de certos objetivos. Todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder... Todo período de crise, toda insurreição, toda revolução se traduzem por modificações mais ou menos fortes nos sistemas de limites. Isso se torna a nova quadriculação na qual se instaura, por bem ou por mal, uma nova territorialidade. Toda mudança de malha implica uma nova estrutura de poder”.

Eis o nosso grande desafio: as mutações bruscas nas estruturas físicas e humanas nas periferias urbanas da RMR perpassam verticalmente e horizontalmente atores sintagmáticos que produzem território: empresas nacionais e globais, o Estado e indivíduos. Todos combinam energia em códigos em função de objetivos estratégicos/produtivos que se chocam dadas as relações dissimétricas de poder dos agentes envolvidos. Assim, como aludido ao longo do texto, vivemos uma globalização negativa que releva a mão-de-obra ciência como trabalho-trunfo de poder e relega “os desqualificados” como forças sombrias, venenosas e cancerígenas a perturbarem o território dos incluídos. Pela crescente demanda por segurança privada e pública, pelo expressivo número de mortes por armas de todos os tipos e pelo aumento de vítimas decorrentes de inúmeros tipos de violência, como assaltos, furtos, estupros, etc., seguramente vivenciamos mais um período de crise, de insurreição, de “revolução” que se traduzem por “modificações mais ou menos fortes nos sistemas de limites”. Limites intra-urbanos “micros” nas casas encarceradas; nos condomínios fechados e prédios

vigiados; limites macros em bairros monitorados por “milícias” visíveis e “invisíveis”. Enfim, como ressalta Raffestin (1993), sinais sintagmáticos que despendem energia e informação em equipamentos tanto sofisticados quanto rudimentares de “segurança”, com vistas à manutenção de tessituras, redes e nós de micros e macro poderes que esquadrinham um território cada vez mais excludente e anti-cidadão.

### **À GUIA DE PRIMEIRAS CONCLUSÕES**

A Cidade do Recife e a RMR parece vivenciar um impasse: a elite e a classe média não cedem e se fecham nos seus condomínios; e o restante (a maioria) da população se tranca nos “guetos” e suas casas. A convivência – quando há – agora é cada vez mais virtual e os vínculos de solidariedade são poucos. Na disputa entre liberdade e segurança, nossa cidade parece ter optado pela segurança (de preferência bem treinada e armada). Ao invés de praças, parques, ruas, calçadas, cafés e bares ao ar livre, espaços civis e civilizados, dispomos das geografias cavernosas dos Shoppings, cinemas, discotecas, bares fechados, parques temáticos, resorts, escolas vigiadas, camarotes vips; ou seja, à luz de toda sapiência humana, uma regressão à exclusão, à segregação e à escuridão do “medo-urbano”. O problema da violência em Recife e RMR e no Brasil é multifacetado; traduz uma mistura de Casa Grande/Senzala, Condomínios Fechados/Favelas, pontos e redes seletivas para encontros de velhas e novas tribos. Todavia, apesar de toda essa geografia exposta e vivida demonstrar os seus equívocos, relutamos em transformá-la, pois paralelamente à força racional e “eficiente” do mercado globalizado, fingimos ignorar o papel que deve ter a Estado e todas as suas instituições, em especial as de segurança, saúde e educação, enfim, todas essas mediações sociais capazes de imprimir na consciência dos indivíduos uma nova paidéia, uma nova educação na qual a ética e a civilidade voltem a reinar. Buscando maior clarividência e pormenorização do referido fenômeno, estamos encaminhando a pesquisa com vistas a dispormos de mais dados qualitativos e quantitativos

### **8- BIBLIOGRAFIA**

BAUMAN, Zygmunt. Medo Líquido. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 2008.

BAUMAN, Zygmunt. Confiança e Medo na Cidade. Lisboa : Relógio D'Água Editores, 2006

BAUMAN, Zygmunt. Vidas Desperdiçadas. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 2005.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 2001.

(BIFO) Francisco Berardi. A Fábrica da Infelicidade: trabalho cognitivo e crise da new economy. Rio de Janeiro : DP & A, 2005.

CORNNEIL, Elias. A Arquitetura da relação cidade/campo. Brasília : Ed ALVA Ltda. 1998.

ELLUL, Jacques. A Técnica e o Desafio do Século. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1969.

Folha de Pernambuco 19/01/2006.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo : Ed. Loyola, 1992. ([http://jc.uol.com.br/2006/09/26/not\\_120415.phd](http://jc.uol.com.br/2006/09/26/not_120415.phd)).

Jornal do Comércio em 17/07/2006.

Jornal do Comércio em 19/01/2006.

KURZ, Robert. O Colapso da Modernidade. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1992.

ORTEGA Y GASSET, José. A Rebelião das Massas. São Paulo : Martins Fontes, 2002.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo : Ed. Ática, 1993.

SÁ, Alcindo José de. O Brasil Encarcerado: das prisões fora dos presídios às prisões internas aos presídios: uma Geografia do medo. Recife : Ed. Universitária, 2005.

SÁ, Alcindo José de (org.) Por uma Geografia sem Careceres Públicos ou Privados. Recife: Fotolaser Reproduções Gráficas, 2007.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo : Hucitec, 1996.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Fobópole. O Medo Generalizado e a Militarização da Questão Urbana. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2008. [www.uol.com.br](http://www.uol.com.br) em 29/02/2008